

OUTUBRO 2021

PREVENÇÃO DO HIV/AIDS EM MULHERES TRANS



TERESINA - PI
OUTUBRO DE 2021



ORGANIZAÇÃO

PRODUÇÃO TÉCNICA

Álvaro Sepúlveda Carvalho Rocha
Jéssica Maria Silva de Carvalho
Larissa Fortes Lima Faria
Letícia Viana dos Santos
Rayff Rodrigues dos Santos

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Adriana Menezes da Cunha Parente
Profa. Dra. Elisiane Gomes Bonfim
Profa. Dra. Herla Maria Furtado Jorge
Profa. Dra. Lívia Carvalho Pereira

AVALIAÇÃO TÉCNICA

Profa. Dra. Lívia Carvalho Pereira

APOIO

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Centro de Ciências da Saúde - CCS
Departamento de Enfermagem/CCS
Disciplina: Saúde Reprodutiva

DIVULGAÇÃO

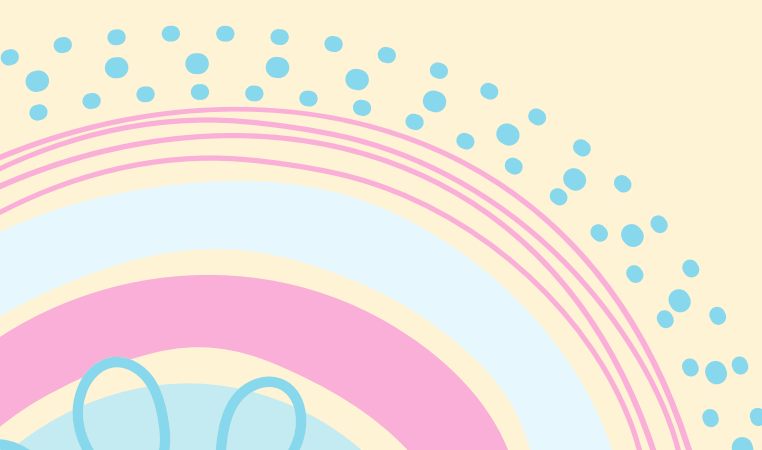
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde da Mulher -
GEPSM/UFPI-CNPq (@gepesm_ufpi)
Centro Acadêmico de Enfermagem - CAENF/UFPI (@caenf.ufpi)

EDIÇÃO DE ARTE

Álvaro Sepúlveda Carvalho Rocha
Jéssica Maria Silva de Carvalho

REVISÃO

Álvaro Sepúlveda Carvalho Rocha
Jéssica Maria Silva de Carvalho





FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde

Serviço de Processamento Técnico

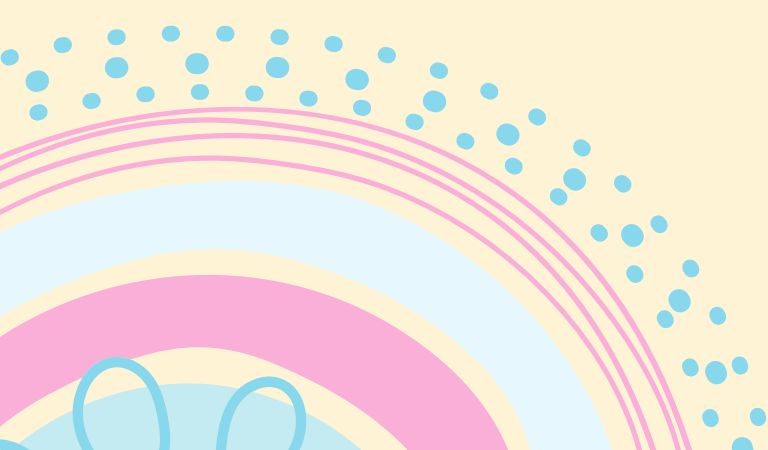
P944

Prevenção do HIV/AIDS em mulheres trans / Álvaro Sepúlveda Carvalho Rocha... [et al.] -- Teresina : UFPI, 2021.

26 p. : il.

1. Saúde Pública. 2. HIV. 3. AIDS. 4. Gênero. I. Carvalho, Jéssica Maria Silva de. II. Faria, Larissa Fortes Lima. III. Santos, Letícia Viana dos. IV. Santos, Rayff Rodrigues dos. V. Parente, Adriana Menezes da Cunha. VI. Bonfim, Elisiane Gomes. VII. Jorge, Herla Maria Furtado. VIII. Pereira, Lívia Carvalho.

CDD 614.4





PRODUÇÃO TÉCNICA

Álvaro Sepúlveda Carvalho Rocha
Jéssica Maria Silva de Carvalho
Larissa Fortes Lima Faria
Letícia Viana dos Santos
Rayff Rodrigues dos Santos



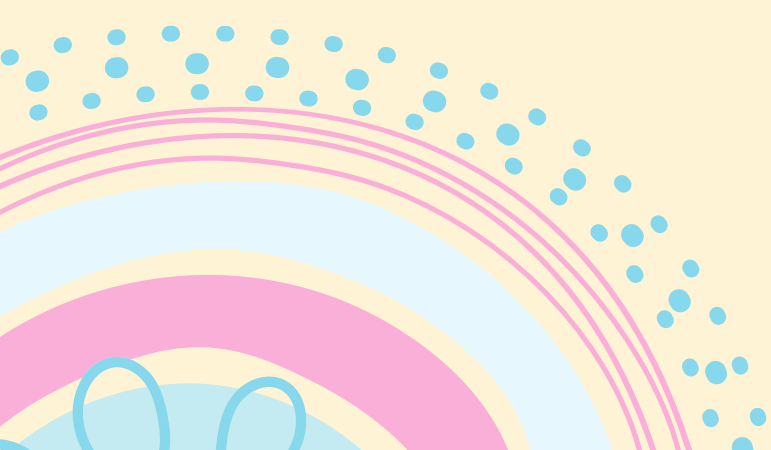
**PREVENÇÃO DO
HIV/AIDS EM
MULHERES
TRANS**



TERESINA - PI, OUTUBRO DE 2021

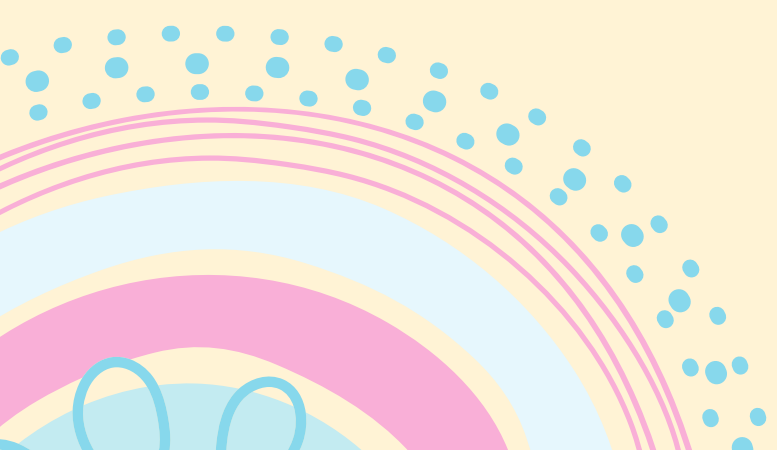


Esta é uma cartilha produzida por acadêmicos de enfermagem da Universidade Federal do Piauí da disciplina Saúde Reprodutiva, contendo informações de saúde relacionadas à prevenção do HIV/AIDS em mulheres trans e promoção da saúde.



A large, central graphic consisting of several thick, overlapping brushstrokes in the colors of the rainbow, creating a vibrant, textured background for the text.

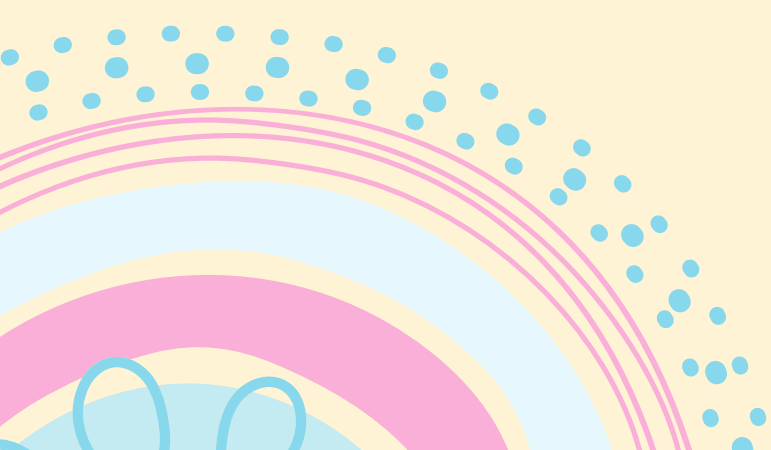
"Consideramos justa toda forma de amor"
- Lulu Santos





SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. O QUE É AID^S.....	7
3. USO DE PRESERVATIVOS.....	10
4. PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PrEP).....	13
5. PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PEP).....	15
6. DIREITOS DAS MULHERES TRANS NO SUS.....	18
REFERÊNCIAS.....	22



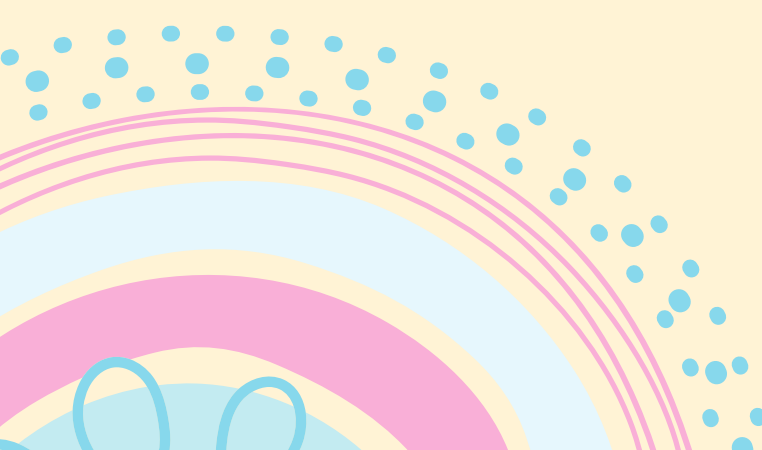


APRESENTAÇÃO

Quando nascemos, nosso gênero é determinado pelo nosso sexo, ou seja, o indivíduo que nasce com um pênis é homem, e com vagina, mulher. A expressão da identidade é a maneira como o indivíduo se reconhece e se expressa para o mundo, assim, uma mulher trans, mesmo nascendo do sexo masculino, se identifica como mulher. Para expressar essa identidade as pessoas podem recorrer a alguns meios, como: terapia hormonal, cirurgia de redesignação sexual e terapia de abordagens psicossociais.

As mulheres trans passaram a buscar o serviço de saúde a partir do surto de AIDS na década de 80, onde a população LGBTQI+ foi estigmatizada pela doença. Mesmo após décadas, a saúde dessa população segue sendo marginalizada, alvo de estigmas e patologização, o que determina sérios problemas a assistência de saúde dessa população.

AIDS é uma doença que requer um tratamento rigoroso para manter o seu controle, daí a importância de se falar em prevenção. Nos últimos cinco anos, o Brasil registrou anualmente, em média, 39 mil casos de AIDS, havendo predomínio de casos em homens.

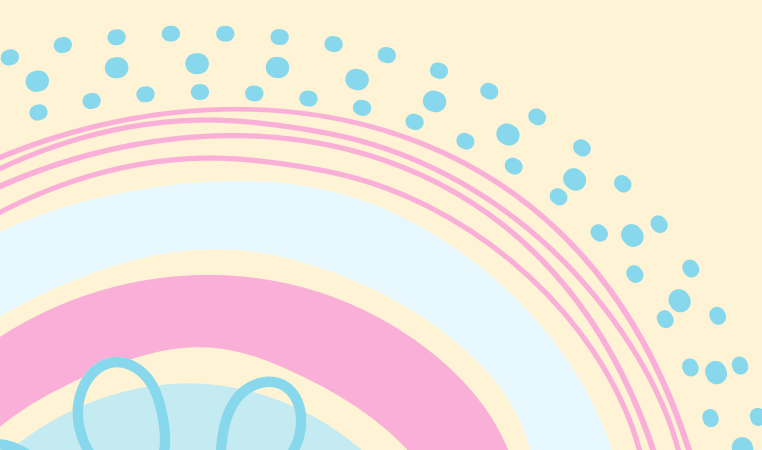
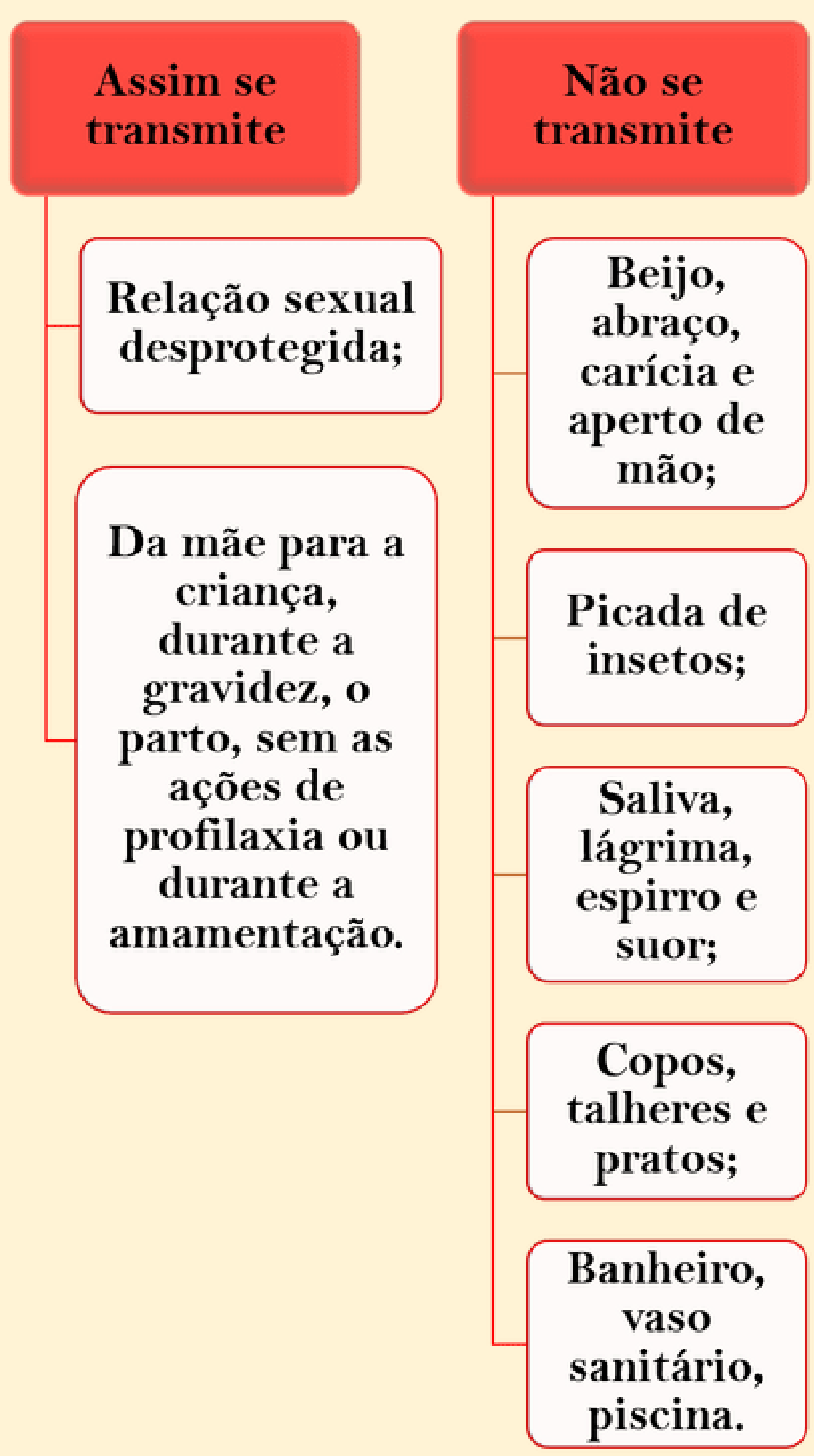




Mas o que é a AIDS?

A síndrome da Imunodeficiência Adquirida, conhecida como AIDS ou SIDA, é a doença causada pelo vírus HIV, Vírus da Imunodeficiência Humana. Ao se infectar com o HIV a pessoa pode conviver anos sem apresentar nenhum sintoma, sendo apenas portadora do vírus. Com a perda da capacidade do organismo de se defender, começam a aparecer os sinais e sintomas relacionados as doenças oportunistas, tornando a pessoa doente com AIDS.

Formas de transmissão da AIDS





Intervenções Comportamentais

De acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) a estimativa é que existem 1,7 milhão de novas infecções por HIV no ano de 2018, e, 54% dessas infecções incluem os gays, homens que fazem sexo com homens, mulheres trans, profissionais do sexo, pessoas que usam drogas e pessoas em situação de prisão. Esses dados apresentados mostra a importância da intervenção comportamental na sociedade, de forma estrutural.

Dentre essas intervenções, existem três dimensões que são baseadas na proposta de vulnerabilidade do modelo comportamental, a primeira é a vulnerabilidade individual, no qual, está relacionada as informações que são divulgadas sobre o HIV/aids e as outras IST e à capacidade de incorporar práticas que previnam a contaminação e o autocuidado; a segunda é vulnerabilidade social, que traz os aspectos contextuais, culturais, políticos e morais que se relacionam ao meio de vida na sociedade e a terceira é a vulnerabilidade programática, sendo esta, relacionada as estratégias posicionadas frente a sociedade acerca dos fatores estruturais relacionados à transmissão do HIV, que podem ser exemplificadas como as políticas públicas de saúde que são aderidas na sociedade.





Intervenções Comportamentais

As diretrizes do Ministério da Saúde colocam as intervenções comportamentais direcionadas às práticas sexuais, no qual, relacionam-se a crenças das pessoas sobre as formas de cuidados para evitar a transmissão ou retransmissão do HIV. Essa diretriz, oferece informações para o desenvolvimento de estratégias no enfrentamento ao HIV/aids, com finalidade de melhorar diferentes graus de risco a exposição das pessoas.

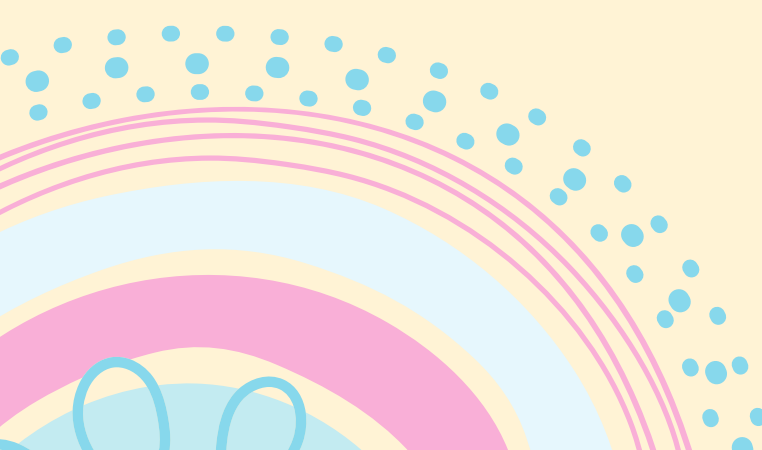
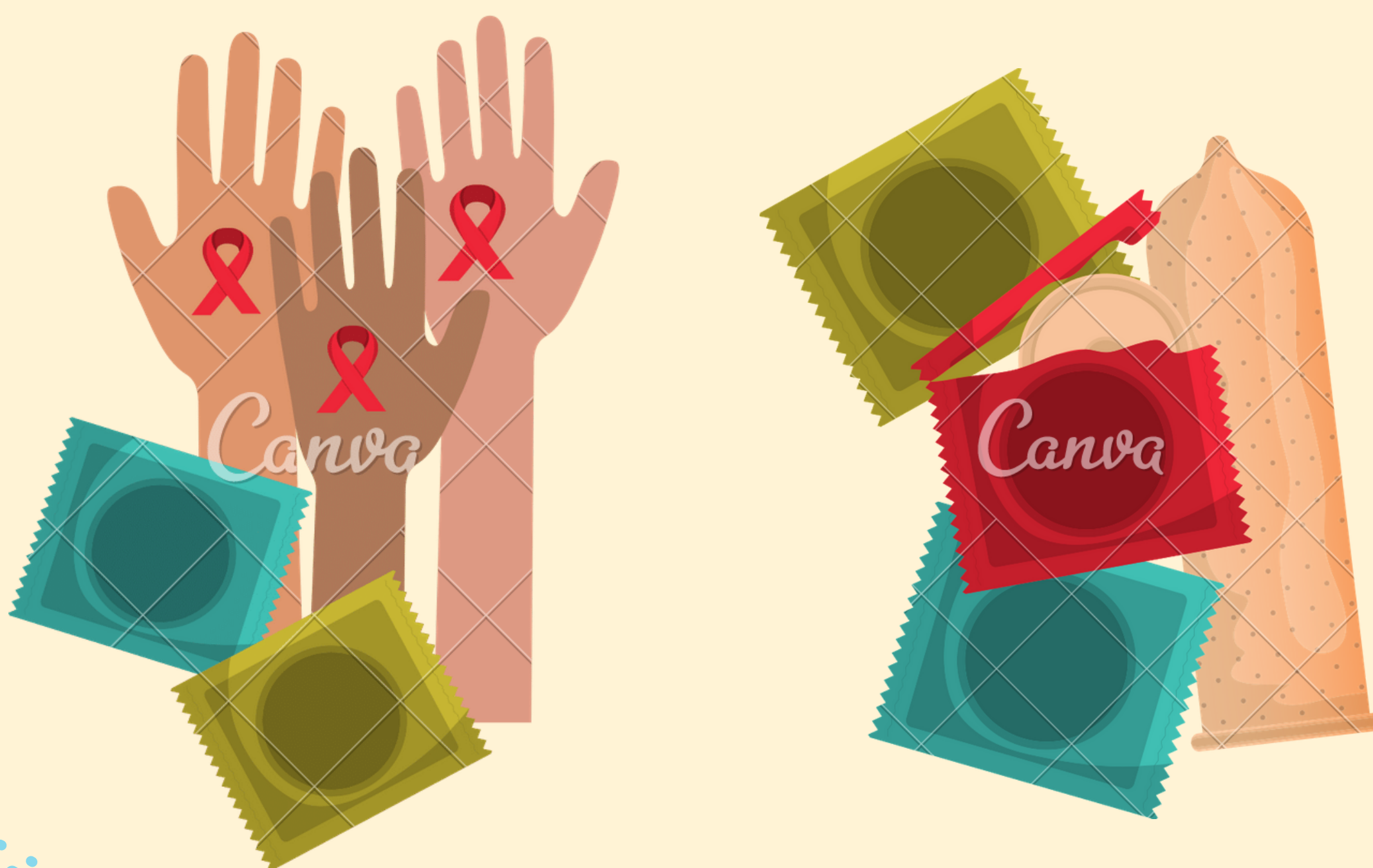
A exposição ao HIV é um risco que está relacionado as práticas cotidianas, podendo envolver aspectos voltados às práticas sexuais sem a utilização da camisinha, ao uso de drogas que proporcionem risco de infecção pelo vírus como as injetáveis.

É imprescindível destacar, que mesmo com o uso da camisinha não é garantido que não ocorrerá a contaminação, para reduzir esse risco, é necessário a adesão ao tratamento, para que ocorra a diminuição da carga viral.





Os preservativos são de extrema importância nas relações sexuais principalmente quando se tem vários parceiros sexuais, mas, vale destacar que o uso dos preservativos vale conhecendo o parceiro ou não. O ânus é um órgão que tem bastante vascularização, e, durante o sexo anal podem ocorrer pequenas fissuras na pele, o que facilita a contaminação pelo vírus. Importante destacar, que em qualquer forma de relação sexual desprotegida pode ocorrer a contaminação.





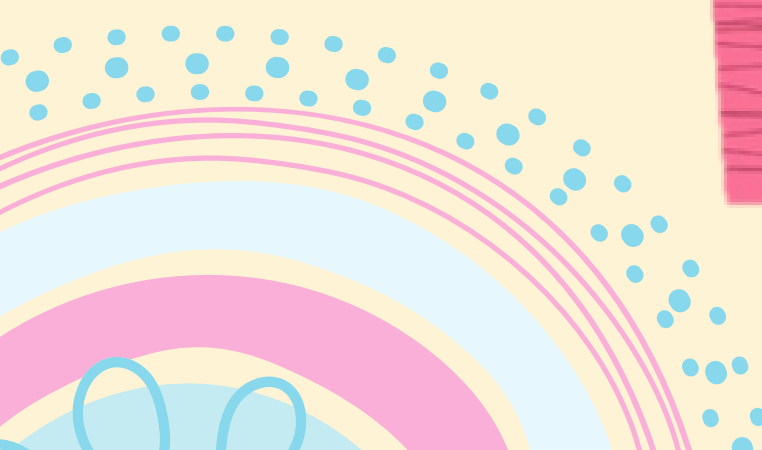
Uso de preservativos

O uso do preservativo ou camisinha é o método amplamente conhecido, mais acessível a população, além de ter baixo custo e se comparado aos demais, é um dos métodos que apresenta menor número de efeitos adversos. Além disso, é bastante utilizado, eficaz para prevenção da infecção pelo HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), pois evita o contato das secreções genitais entre os parceiros e em consequência disso, evita a transmissão.

Em relação ao tipo de camisinha, a masculina foi a primeira resposta factível da saúde pública para a prevenção, mostrando-se efetiva e baixo custo no controle do HIV. Existe também o preservativo feminino, que confere igual proteção.

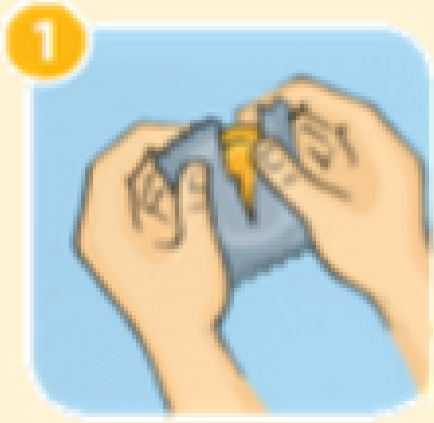
Onde posso conseguir os preservativos?

Os preservativos masculino e feminino são distribuídos gratuitamente em qualquer serviço público de saúde. A retirada é gratuita nas unidades de saúde. Retire quantos preservativos masculinos ou femininos você julgar que necessite.





Como usar preservativos



1 Rasgue cuidadosamente a embalagem com a mão e retire a camisinha.



2 Desenrole até a base do pênis, segurando a ponta para retirar o ar.



3 Depois da relação, retire a camisinha do pênis ainda duro, com cuidado para não vaziar.



4 Use a camisinha uma só vez. Depois de usada, dê um nó e jogue no lixo.



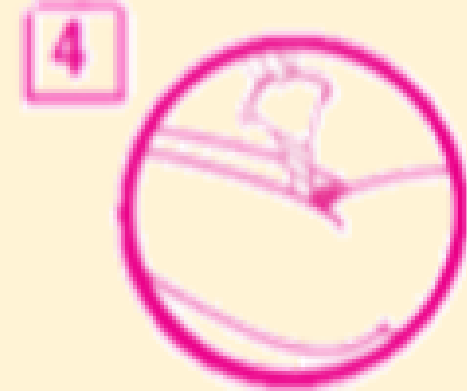
1 Retire o preservativo da embalagem e segure a argola interna com o polegar e o dedo indicador.



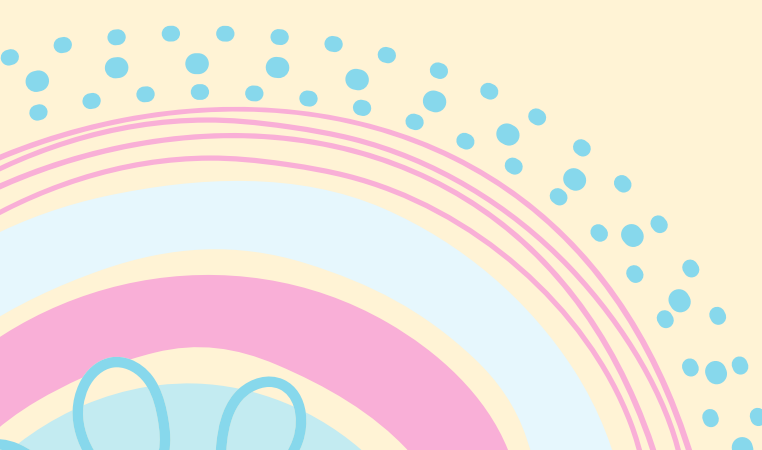
2 Com o dedo indicador, certifique-se de que a argola interna esteja bem no fundo da vagina.



3 A argola externa deve ficar para fora da vagina. No momento da penetração, segure a argola externa com uma das mãos. Jogue no lixo.



4 Após a relação, torça a argola externa e retire o preservativo com o cuidado.





Profilaxia pré-exposição (PrEP)

A profilaxia pré-exposição ao HIV é um método para a prevenção do HIV. A PrEP consiste na tomada diária de um comprimido que impede que o vírus causador da AIDS infecte o organismo, antes de a pessoa ter contato com o vírus.

Como funciona a PrEP?

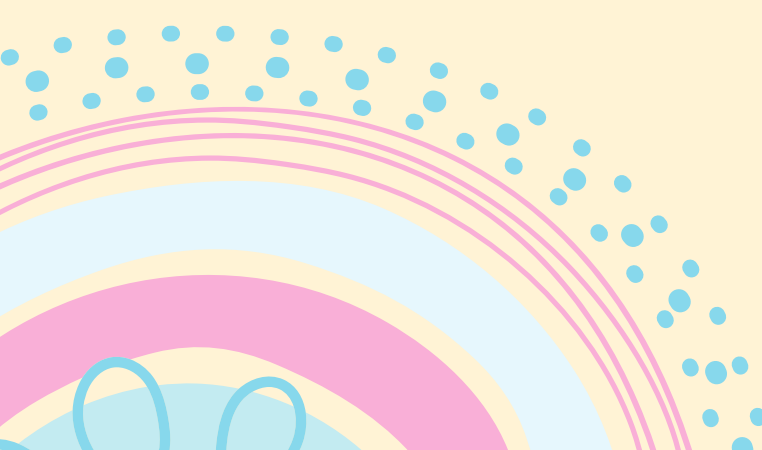
A PrEP vai funcionar bloqueando alguns “caminhos” que o vírus do HIV usa para infectar seu organismo. Deve ser tomada diariamente, para que a medicação possa impedir que o vírus se estabeleça e se espalhe em seu corpo.

Em quanto tempo a PrEP começa a fazer efeito?

Após 7 dias de uso da PrEP, ela passa a ter efeito para relação anal e 20 dias de uso para relação vaginal. É válido destacar que a PrEP não protege contra outras infecções sexualmente transmissíveis, como sífilis, clamídia ou gonorreia, portanto, deve ser combinada com outras formas de prevenção, como a camisinha.

O tratamento tem efeitos adversos?

Sim, principalmente no início do uso. Os mais frequentes são efeitos gastrointestinais, como náuseas, mal estar, vômito, dores de cabeça. Mas esses efeitos são passageiros. Em média, depois de uma semana a 15 dias, você já passa a não sentir mais.





Sou uma mulher trans, posso usar a PrEP?

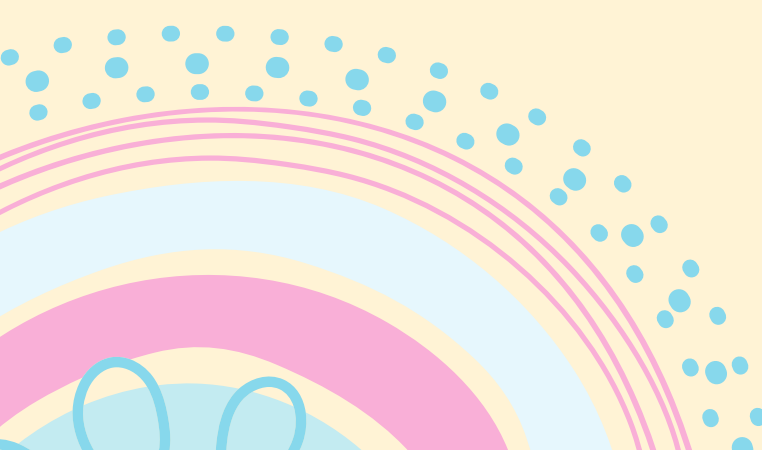
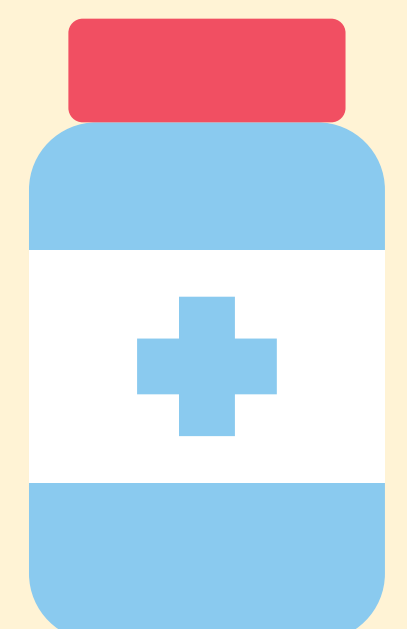
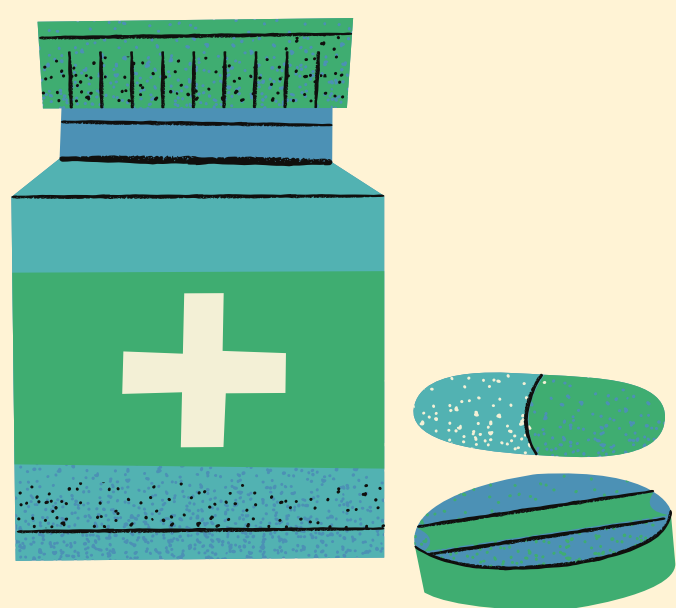
Sim, ela é recomendada para você. A PrEP não é para todos. Ela é indicada para pessoas que tenham maior chance de entrar em contato com o HIV, como gays, pessoas trans e trabalhadoras do sexo.

Terei que tomar a PrEP para sempre?

Não. Você deve discutir este assunto com o profissional de saúde. Há vários motivos que fazem as pessoas pararem de tomar a PrEP. Se o risco de contrair infecções pelo HIV diminuir por causa das mudanças que ocorrem em sua vida, você pode querer parar de tomar PrEP. Se você achar que não quer tomar um comprimido todos os dias ou muitas vezes se esquece de tomar os comprimidos, outros métodos de prevenção podem funcionar melhor para você.

Como faço para começar a usar a PrEP?

Procure um profissional de saúde para orientá-la. Na PrEP, você deve tomar o medicamento todos os dias, fazer exames regulares e buscar sua medicação gratuitamente a cada três meses.





Profilaxia pós-exposição (PEP)

A profilaxia pós-exposição é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo vírus do HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Essa medida deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como: violência sexual, relação sexual desprotegida ou acidentes ocupacionais (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico).

Como funciona a PEP?

Ela funciona tentando evitar que o vírus HIV se reproduza e se dissemine, usando os medicamentos antirretrovirais, tendo o objetivo de evitar que o HIV consiga alcançar o sistema imunológico, instalar-se e reproduzir-se.

Quando devo procurar a PEP?

Imediatamente após uma relação sexual desprotegida, ou seja, sem uso de camisinha ou no uso da camisinha, pode romper ou deslizar. A PEP também está indicada nos casos de violência sexual e acidente ocupacional.





Como acontece o tratamento de PEP para o HIV?

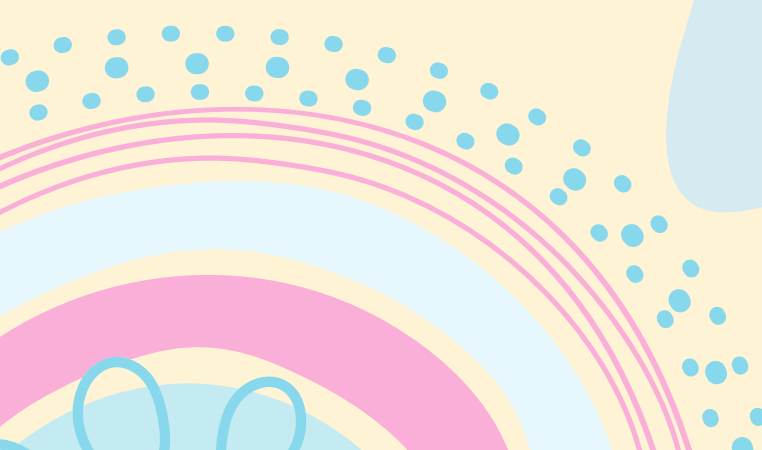
Na PEP se toma medicamentos antirretrovirais para HIV durante 28 dias, sem interrupção, sob orientação médica após avaliação do risco (realizada no contato da pessoa com o profissional de saúde, neste momento o profissional procura compreender a partir da fala do usuário suas práticas sexuais e estilo de vida identificando assim junto ao indivíduo estratégias de prevenção possíveis de serem adotadas). O início desse tratamento deve ser iniciado nas primeiras duas horas após a exposição e no máximo até as próximas 72 horas.

Somente devo utilizar a PEP se eu souber que meu/minha parceiro/a tem HIV?

Não, a PEP é indicada sempre que houver exposição ao HIV.

O tratamento tem efeitos adversos?

Sim, pode haver alguns. Na maioria dos casos, eles nem aparecem, e mesmo quando aparecem podem sumir rápido. Durante sua consulta, você deve ser informado sobre esses possíveis efeitos adversos e aonde dirigir-se em caso de apresentá-los.





Se eu sentir um efeito adverso, devo/posso abandonar o tratamento?

Você não deve abandonar o tratamento! Deve ir imediatamente ao serviço de saúde que indicou o tratamento e relatar a situação. Ele poderá ser trocado por outro.

Quando estou tomando PEP posso parar de usar preservativo? Estou protegido/a?

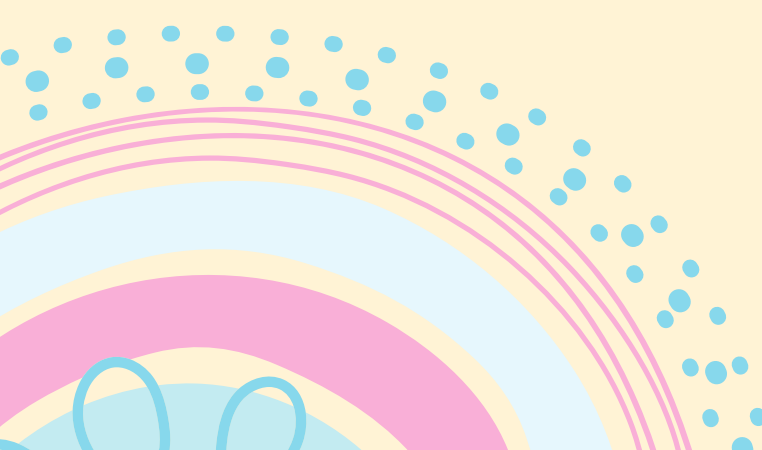
O preservativo é uma barreira de proteção para várias infecções e a PEP é a medicação para evitar a infecção pelo HIV. Outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), como a sífilis e a gonorreia e mesmo as Hepatites Virais não são evitadas com o uso da PEP. Logo para evitar outras infecções é necessário continuar usando o preservativo.

Onde encontro a PEP?

Se você quiser saber onde ir na sua cidade, acesse <http://www.aids.gov.br/pt-br/onde-encontrar-pep>.

Tratamento

O tratamento é realizado pela terapia antirretroviral (TARV). Esses medicamentos são distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio das Unidades Básicas de Saúde. Diante disso, é necessário que os profissionais de saúde estejam capacitados para identificar os sinais e sintomas que o paciente desenvolve e assim, tratá-lo da melhor forma com os antirretrovirais.





Direitos das mulheres trans no SUS

Política nacional de saúde integral LGBT:

Através do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 2 do dia 6 de dezembro de 2011, que orienta o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT, apresentada como um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

Mas o que ela garante na prática?

Em teoria, essa política é uma garantia de que o acesso a saúde pública é um direito básico que deve ser oferecido a qualquer cidadão, sem que haja distinção de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, religião, cultura ou demais fatores que interfiram no direito de prevenção, manutenção e recuperação da saúde humana.

E, na prática, deve ser seguida pelo profissional de saúde sem isenção, uma vez que este ocupa um espaço em que lida diariamente com pessoas em estado de vulnerabilidade e onde se espera que ele não faça distinções entre elas.





Processo transexualizador no SUS

O Processo Transexualizador realizado pelo SUS assegura o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS.

Esse processo garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, o que inclui o acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.

A linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador é estruturada pelos seguintes componentes:

1-Atenção Básica:

As Unidades Básicas de Saúde são responsáveis pelo acolhimento, o cuidado, o acompanhamento e, quando necessário, conforme identificação prévia de suas demandas, o encaminhamento aos serviços especializados no Processo Transexualizador (Atenção Especializada).





2-Atenção Especializada:

Os serviços especializados no Processo Transexualizador (Atenção Especializada) são responsáveis por realizar o acolhimento, o cuidado e o acompanhamento com demanda no Processo Transexualizador, para realização de procedimentos ambulatoriais e/ou cirúrgicos, contemplados pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.

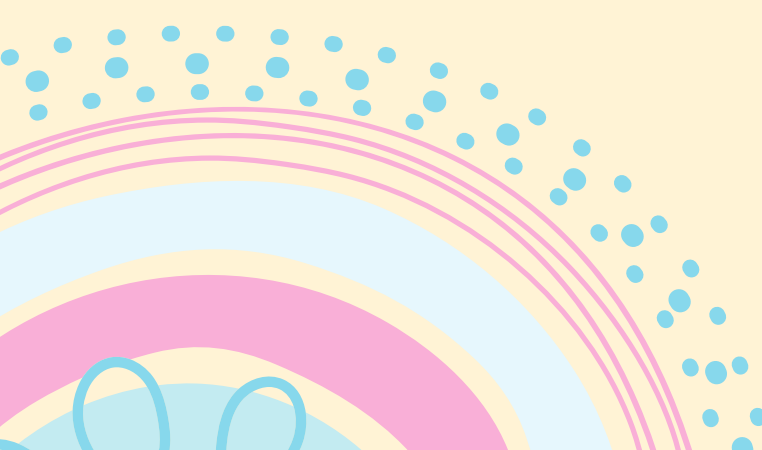
Dentro da Atenção Especializada, o Processo Transexualizador inclui ainda as modalidades:

- **Ambulatorial:** responsável pelo acompanhamento clínico, hormonioterapia e, quando for o caso, acompanhamento pré e pós-operatório.
- **Hospitalar:** responsável pela realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório.

A identificação pelo nome social é um direito garantido pelo SUS?

Desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários da Saúde (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009) independente do registro civil ou de decisão judicial, é direito do(a) usuário(a) do SUS ser identificado(a) e atendido(a) nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência.

Ou seja, em garantia pelo SUS, você tem o direito de ser chamada pelo seu nome social, mesmo que não seja o mesmo nome nos seus documentos oficiais em toda a rede de saúde pública do Brasil, além de ter um campo para registrar o nome social nos documentos internos dos serviços de saúde.

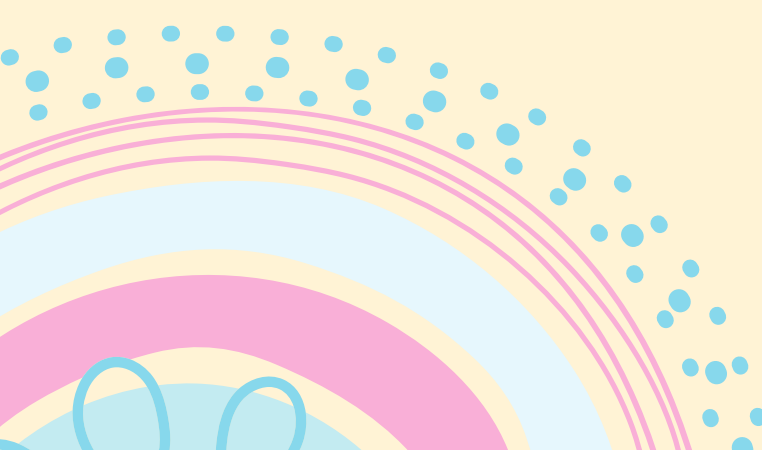




Cartão SUS impresso com o nome social?

Além do direito a identificação pelo nome social, ainda de acordo a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, desde 2012, o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS, permite a impressão do Cartão SUS somente com o nome social, a data de nascimento e o número do Cartão SUS, sem o nome que consta no RG.

É um direito o respeito ao nome social impresso no Cartão SUS pelos profissionais de saúde e, na dúvida, o profissional deve ter a sensibilidade de questionar como você prefere ser chamada.





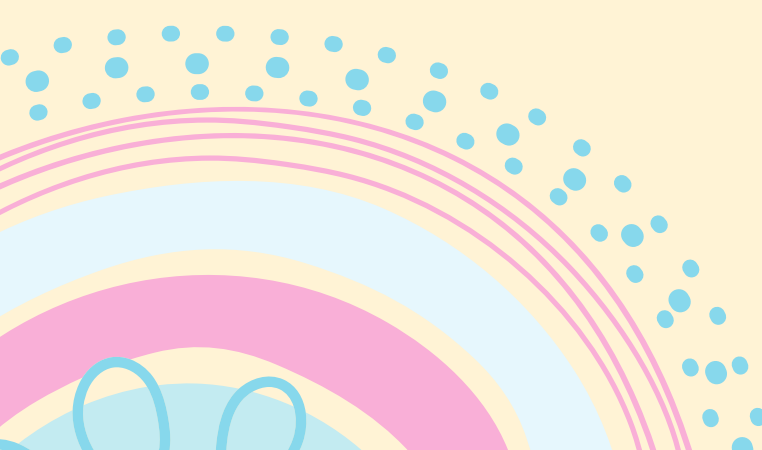
Referências

ALVERCA, V. O.; QUIXABEIRO, E. L.; MARTINS, L. M. Efeitos adversos da profilaxia antirretroviral após exposição ocupacional ao HIV. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. 2018;16(2):236-241.

BRASIL. Governo Federal. **29 de janeiro - Dia Nacional da Visibilidade Trans**. Disponível em: <[BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids/HIV**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z-1/h/aids-hiv>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.](https://www.gov.br/mdh/ptbr/sdh/noticias/2018/janeiro/29-de-janeiro-dia-nacional-da-visibilidadetrans#:~:text=No%20dia%2029%20de%20janeiro,ou%20Dia%20da%20Visibilidade%20Trans).> Acessado em 13 janeiro de 2020.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Campanha Cuidar bem da saúde de cada um, faz bem pra todos, faz bem pra o Brasil. Cartilha LGBT – Saúde Trans**. 2016. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Doenças de condições crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Perguntas Frequentes PEP**. Acesso em 09 de jan. 2021. Disponível em <http://www.aids.gov.br/pt-br/acesso_a_informacao/faq/pep>.





Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Doenças de condições crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. PEP (profilaxia pós-exposição ao HIV). Acesso em 09 de jan. 2021. Disponível em < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv>>.

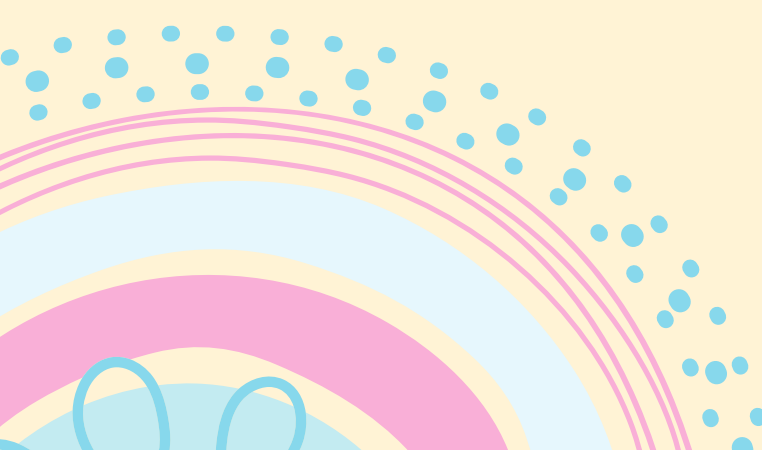
BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Doenças de condições crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Profilaxia Pré-exposição (PrEP). Acesso em 09 de jan. 2021. Disponível em < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/profilaxia-pre-exposicao-prep>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Prevenção Combinada em HIV/Aids**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/gestores/organizacao-dos-servicos/diretrizes-nacionais-de-prevencao-combinada-em-hivaids>>. Acessado em 09 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Técnico do Cartão Nacional de Saúde. **Nota Técnica nº 18/2014**. [On-line] 2014. Disponível em: <http://blog.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/NOTA-TECNICA-NOME-SOCIAL-18-2014.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Diário Oficial da União. Brasília, 2013.





Referências

BBRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011.** Diário Oficial da União. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008.** Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

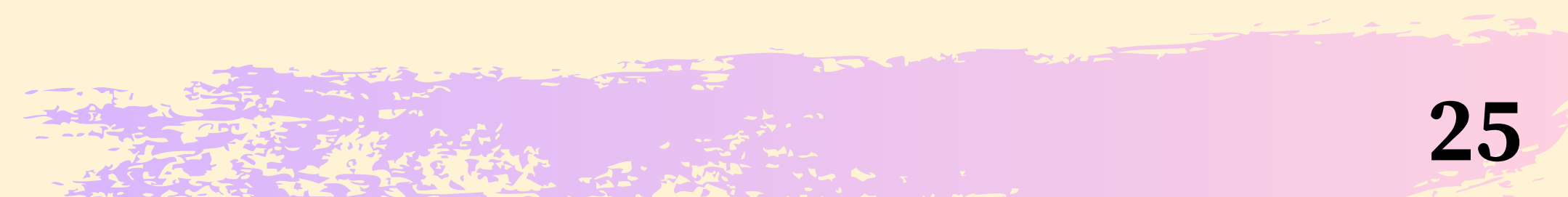
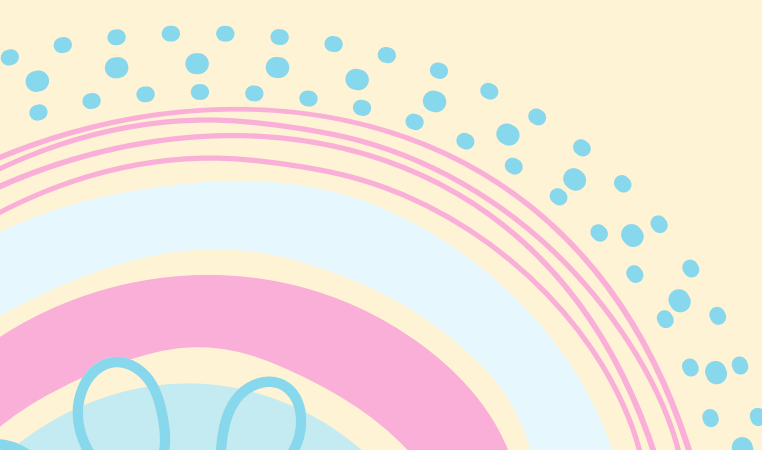
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008.** Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção Combinada.** Brasília, 2018. Disponível em: <
http://www.aids.gov.br/indetectavel/prevencao_combinada.html>. Acessado em 09 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde.** Boletim Epidemiológico de HIV e AIDS: 2020. Número especial. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde.** Cuidado integral às pessoas que vivem com HIV pela Atenção Básica: manual para a equipe multiprofissional. Brasília, 2017.





Referências

BRASIL. Ministério da saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Brasília, 2018.

FRANCH, M. R. **O direito à prevenção da Aids: nas escolas, nos serviços de saúde e alhures**. Interface (Botucatu), 2020; 24: e190750. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190750> Acessado em: 13 janeiro de 2020.

GRANGEIRO, A. et al. O efeito dos métodos preventivos na redução do risco de infecção pelo HIV nas relações sexuais e seu potencial impacto em âmbito populacional: uma revisão da literatura. **Rev bras epidemiol** v. 18, n.1, p. 43-62, 2015.

SILVA, T. C. F. et al. Fatores associados ao uso consistente do preservativo masculino entre mulheres vivendo com hiv/aids. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, n.1, p.1-12, 2019.

UNAIDS. **UNAIDS dá boas-vindas a nova ferramenta de prevenção de HIV para gays, HSH e mulheres trans**. Brasília - DF, Setor de Embaixadas Norte - SEN, 2020. Disponível em: UNAIDS Brasil - Website institucional do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) no Brasil. Acessado em 09 de janeiro de 2021.

